



MEMÓRIA E IDENTIDADE DOS DESAPROPRIADOS DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU

[...] daí veio a tal da decepção, você sair do lugar onde você foi morar, criou raízes e daí de repente, você é desapropriado, e você tem que começar tudo de novo...

Lara Luciana Leal Seixas¹
Eliane Cardoso Brenneisen²

Eixo temático: CONFLITOS E MOVIMENTOS SOCIAIS

RESUMO: Os indivíduos estabelecem relações sociais dentro das fronteiras do mundo físico. Neste contexto, a fronteira, o lugar, localiza e estabelece identidades regionais. O estudo apresentado apresenta o processo de migração ocorrido na região oeste do estado do Paraná, especialmente a que ocorreu nas décadas de 60 e 70, quando os agricultores vinham do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina para a região oeste do Paraná, a fim de se estabelecer e fazer história. Com a ampliação das dimensões do Parque Nacional do Iguaçu, esses agricultores tiveram que sair de suas terras, sem ter pra onde ir, muitos aceitaram ir para a região do Ocoí em São Miguel do Iguaçu. As comunidades que ali viveram, tanto em São José do Iguaçu, quanto em Santo Alberto, Dois Irmãos, São Luís e Santa Luzia, eram formadas por pequenas propriedades. Os colonos tinham a terra como fonte de subsistência, eram comunidades pacíficas que se integravam, se visitavam, apesar das dificuldades em viver em um local inóspito. A alegria era vivida nas festas, nos bailes, nas pescarias e nos jogos de futebol que reuniam mais de mil pessoas de toda a região. Resta saber como estão hoje estas famílias que contribuíram sobremaneira na construção da história do oeste do Paraná, e dar a elas a oportunidade de ao menos serem referenciadas nas escolas e publicações sobre a história do estado do Paraná.

PALAVRAS-CHAVE: História, Memória, Identidade, Desapropriados, Parque Nacional do Iguaçu

1 INTRODUÇÃO

¹ UNIOESTE – laraluciana@yahoo.com.br

² UNIOESTE – brenneis@uol.com.br

Sem memória não há história. Se a história contada nos livros não aborda o processo de desapropriações de terras para ampliação do Parque Nacional do Iguaçu na década de 70, ela está incompleta.

Na década de 70, o regime militar calava os movimentos sociais e a possibilidade de resistência por parte dos colonos não seria diferente. Considerando ainda que a grande maioria deles fosse de pequenos proprietários de terra e que o fato acontecia em uma região de fronteira internacional.

O estudo discute as fronteiras geográficas, culturais e identitárias vividas por esses sujeitos enquanto vizinhos do Parque Nacional do Iguaçu – Unidade de conservação que atualmente dispõe de um dos principais patrimônios naturais da humanidade localizado no Brasil.

As narrativas apresentam quais foram as expectativas e angústias das famílias que viveram nas comunidades rurais de São José do Iguaçu - São Miguel do Iguaçu, Santo Alberto, São Luis, Dois Irmãos e Santa Luzia – Foz do Iguaçu.

2 OBJETIVOS

2.1 Geral

O objetivo do estudo é resgatar na história e na memória como se deu a vizinhança de comunidades rurais como Parque Nacional do Iguaçu na década de 60 e 70 e o processo das desapropriações para a ampliação territorial do parque

2.2 Específicos

- Conhecer de que forma se deu a chegada de agricultores na região demarcada do Parque Nacional do Iguaçu nas décadas de 60 e 70;
- Conhecer a identidade e o cotidiano das famílias vizinhas ao Parque Nacional do Iguaçu nas décadas de 60 e 70, considerando sua moradia, relação com o meio ambiente, os locais de socialização, o trabalho e formas de produção;
- Conhecer por meio de narrativas quais foram as expectativas e emoções causadas pelas desapropriações, e como foi o processo de mudança;
- Saber como estão hoje as famílias dos desapropriados e de que forma este momento vivido impactou nas suas relações sociais, economia e na sua identidade.

3 METODOLOGIA

A pesquisa do tipo qualitativa considerou as fontes secundárias como a bibliografia referente que abordasse as discussões de memória e identidade. Foram buscados registros documentais como documentos e fotografias do acervo das famílias, mapas, jornais da época.

Em um segundo momento, foram consideradas as fontes primárias, tendo como foco os colonos agricultores que foram desapropriados. No decorrer da pesquisa foram surgindo novos personagens que deram o seu depoimento visando o esclarecimento de algumas questões, como o Diretor do Parque Nacional do Iguaçu da época e um advogado que por vezes impetrou *habeas corpus* para retirar os colonos que insistiam em derrubar mato e plantar, mesmo após a saída do decreto que proibia ações desta ordem no território do parque.

4 RESULTADOS PRELIMINARES

4.1 A Formação das comunidades

Na década de 60 as colonizadoras se utilizavam dos meios de comunicação como rádios e jornais para fazer propaganda que despertasse o interesse dos colonos em sair de sua terra natal.

[...] lá na nossa região, na minha terra natal – Cerro Largo, tinha a rádio Cerro Azul de Cerro Largo, e ali tinha propaganda diariamente, toda hora, propaganda daquelas terra [...] Trecho da entrevista do Sr. Ivo Hanauer.

Santo Alberto ainda teve em seus arredores outras quatro comunidades que foram se formando aos poucos, conforme apresentado na figura 01. Foram estas conforme apresentado no mapa: I – Santo Alberto, II – Santa Luzia, III - Dois Irmãos e IV São Luis, esta última a que ficava mais próxima do rio Iguaçu. A distância entre Santo Alberto e São Luís era de aproximadamente sete quilômetros.

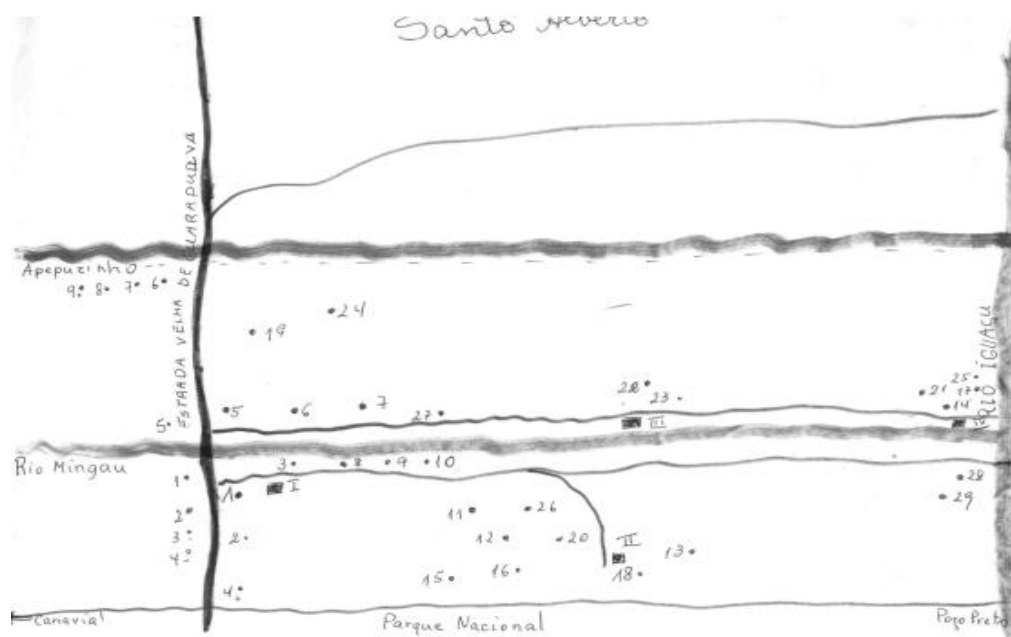


FIGURA 01. Mapa de Santo Alberto. Elaborado por Alma Matte Spies e Nelson Spies em março de 2011.

4.2 A vizinhança com o Parque Nacional do Iguaçu

Para os colonos entrevistados a parte positiva de ter vivido nas comunidades próximas ao Parque Nacional do Iguaçu apresenta a esperança de crescimento, especialmente econômico, já que a palavra desenvolvimento é entendida por eles como melhoria econômica, como pode ser observado nas narrativas a seguir:

[...] a parte positiva foi... por exemplo, o povo que migrou do Rio Grande do Sul, geralmente com a troca de estado ele, ele pretende melhorar, melhorou e entraram no mato, na época era mato, conseguiram... muita gente conseguiu mais áreas de terras, famílias grande na época, conseguiram desenvolver, muita gente desenvolveu bem. Trecho da entrevista do Sr. Marcos Mallman.

4.3 A organização para o trabalho

Antes da mecanização o trabalho era manual, quanto mais gente melhor, tradicionalmente as famílias eram numerosas, sendo que todos trabalhavam homens mulheres e crianças, ainda assim eram realizados mutirões entre os colonos, colhiam a lavoura de um, outro dia de outro, e assim por diante, isso não somente na colheita, mas na derrubada de mato também acontecia. As narrativas abaixo apresentam relatos de como aconteciam os mutirões:

[...] o Tadeu tinha pouca gente pra roçar, tinha que roçar, mete a motosserra, derruba as árvores, daí um ajudava o outro, mesmo na colheita quando era braçal, fazia mutirão, colhia a roça do Tadeu, trilhadeira, no início era assim né, no meio de pau ai, soja na foicinha, então era trabalho, era trabalho [...]. Trecho da entrevista do Sr. Marcos Mallman.

4.4 A produção

Inicialmente grande parte da produção das propriedades era de subsistência, consumida ali mesmo, tanto pelos colonos quanto por sua criação animal, especialmente a de porcos, esta sim, mantida para o comércio. As narrativas do Sr. Marcos Mallman desapropriado de São José do Iguaçu e do Sr. Ivo Hanauer, desapropriado de Santo Alberto apresentam esta afirmativa:

[...] plantava-se milho, porque os porco não se cria sem milho né, milho, feijão dá muito bem lá, milho, feijão, mandioca pra comer e pra porco também né, pra engordar porco, arroz, como já falei antes, e... depois também, soja né, basicamente, isso [...]. Trecho da entrevista do Sr. Ivo Hanauer.

Os colonos tinham a criação de porcos como o objeto de desejo para o sucesso produtivo da propriedade, essa tradição vinha do Rio Grande do Sul, poderia ser inclusive uma característica identitária desse povo, além do que a possibilidade que se abria para o mercado suíno no país, especialmente em São Paulo fazia com que estes sonhassem o comércio direto com este grande centro, já que alguns colonos que possuíam caminhões “porcateiros” realizavam essas viagens para vender a produção fora do estado. Posteriormente com a vinda da Frimesa, a distância foi reduzida, porém a produção foi prejudicada pelo processo de saída das terras e propriedades que já estavam estabelecidas com os seus chiqueirões.

[...] e como tradição desde o Rio Grande do Sul, criar porco, porco, porco, quem tinha o maior chiqueiro, era o colono mais rico, isso desde o Rio Grande do Sul [...]. Trecho da entrevista do Sr. Ivo Hanauer.

4.5 A busca por mantimentos

A busca por mantimentos, ou seja, tudo o que não era produzido nas comunidades era dificultada especialmente pela distância de centros maiores, porém, aos poucos as comunidades iam se organizando, formando o seu próprio comércio, além da troca desses mantimentos entre si.

[...] meu pai tinha um caminhão 46, e esse caminhão como ele veio na mudança, já do Rio Grande do Sul, esse caminhão servia pra nós de transporte, nós vínhamos pra Foz do Iguaçu com o caminhão, os colonos vinham, a gente combinava: “na segunda-feira todo mundo vai pra Foz do Iguaçu fazer as suas compras”, aí vinham cinco, seis, sete pessoas, subiam no caminhão na carroceria do caminhão e vinham pra Foz [...]. Trecho da entrevista da Sra. Alma Matte Spies.

4.6 Educação

Segundo a narrativa da Sra. Alma Matte Spies os primeiros anos da escola foram difíceis, porém, de muita união e trabalho, ela narra o papel que exercia juntamente com a mãe, Dona Paula, e outras mulheres da comunidade, para que a escola funcionasse, um exemplo de vida em comunidade, pacífica e integrada, e como ela mesma diz, “uma grande família”.

[...] tinha que fazer tudo né, inclusive os maiores ajudavam a gente limpar as salas, fora do horário a gente limpava [...] a minha casa era do outro lado da rua, enquanto eu estava dando aula eu tinha a minha panela cozinhando, porque era... tinha que preparar as coisas, e daí a hora do lanche... agora vai lá correndo buscar, ou senão era a minha mãe que preparava, enquanto eu estava lá, nunca se pagou ninguém, nem de merendeira, nem de faxineira nada, então a gente dividia, fazia tudo... eles faziam pra nós e nós pra eles, as crianças, a gente era uma grande família... uma grande família [...]. Trecho da entrevista da Sra. Alma Matte Spies.

4.7 A Saúde

Apesar da estruturação das comunidades na época não havia posto de saúde, e a distância de centros maiores faziam com que a sabedoria popular prevalecesse, os chás, os costumes eram mantidos, com o desenvolvimento do comércio, algum medicamento mais básico era comercializado, as crianças nasciam de parto normal com o auxílio de parteiras e nos casos mais graves, buscava-se o vizinho que tivesse algum veículo para levar o doente para a cidade mais próxima.

[...] como em todos os lugares não tinha posto, não tinha nada, , assim como antigamente né, então quando alguém ficava doente, vinha pra cidade, o caminhão levava, depois mais entrou um jipe, ou até outro carro, mas geralmente era com o caminhão que traziam os doentes, inclusive os mortos também né [...]. Trecho da entrevista da Sra. Alma Matte Spies.

4.8 A religião

Nas comunidades a religião católica predominava, além de existirem algumas poucas representações de evangélicos.

[...] na igreja havia gente com outras religiões, mas poucos eram evangélicos, mas poucos, eles frequentavam junto porque eles não tinham igreja, então predominava a igreja católica [...]. Trecho da entrevista da Sra. Alma Matte Spies.

Tanto em São José do Iguaçu quanto em Santo Alberto os padres não eram da comunidade, ou seja, a paróquia de São Miguel cedia o Padre para São Jose, e a de Santa Terezinha para Santo Alberto. Normalmente este ia até a comunidade em média uma vez por mês para rezar missa, realizar batizados, casamentos e outros eventos religiosos.

4.9 As festas

As festas nas comunidades eram grandes acontecimentos, as principais festas que aconteciam nas comunidades eram: as tradicionais festas religiosas de Natal, Páscoa e dia do padroeiro.

[...] é São José eu às vezes participava de festas, mais era bailes é... que eu inclusive eu tinha uma gaita né, então fazia um barulho, eles iam lá no... que nos Dois Irmãos, nós morava, daqui (Dois Irmãos) lá (São José) dava uns 20 quilômetros, vinha aqui me convidar pra tocar lá no São José, tocar um casamento, um baile, como você perguntou antes se quando fazia uma casa, fazia uma inauguração, eu toquei acho que em duas casas, baile em casas né, é eu lembro que uma vez eu peguei um cavalo emprestado do Seu Lauro Schnoor que morava ali pra cima da escola, emprestei o cavalo dele, montei em cima do cavalo, alcei a gaita e fui à cavalo com a gaita alçada assim uns 20 quilômetros pra chegar lá tocar um baile domingo de noite (risos). [...] Trecho da entrevista do Sr. Ivo Hanauer.

4.10 A caça e a pesca

Como as comunidades se desenvolveram na região próxima ao Parque Nacional do Iguaçu, buscou-se saber se estes colonos adentravam o território do parque para caçar e pescar, bem como se constantemente avistavam animais silvestres e selvagens, esta questão visava saber como era a relação destes colonos com uma unidade de conservação.

[...] não, não era pra comércio não, na época caçavam porque tinha bicho em abundância né, e a lei era diferente da lei de hoje. [...] eu nem sei se na época era proibido, ou não, porque isso faz 40 anos. Trecho da entrevista do Sr. Marcos Mallman.

4.11 A desesperança

Buscando saber sobre como se deu o processo de desapropriações, uma vez que houve prisões de colonos, perguntou-se sobre como estes receberam a notícia e como se deu esse processo uma vez que o país vivia a Ditadura Militar.

[...] lembro que um dia caiu a notícia, prenderam dois colonos, isso perto de Santo Alberto, levaram com motosserra e tudo, a notícia correu, um ia de bicicleta, ia correndo na casa do outro, outro à cavalo, outras de à pé, logo, logo em poucas horas, tava todo mundo sabendo. Daí isso foi de tarde, no outro dia de manhã cedo, nós já tavamos tudo organizados né, o Agátio Heinzmann tinha um caminhão Mercedes novo, então combinamos com o Agátio, vamo lá pro quartel da polícia militar em Foz onde tava os dois presos, vamos lá buscar eles, e eu como era sempre mais bocudo, nem tanto corajoso talvez, mas já, vamos dizer assim, e um pouco sempre na linha de frente tal né, fiz escola, capela e tal... daí então eu falei: “Gente vamos descer todo mundo, mas ninguém leva um canivete, nenhuma arma, só documento no bolso, por favor, senão eles criam um motivo mais forte, lembrando que na época, nós távamos no regime militar ainda, olha o que nós arriscamos [...]”. Trecho da entrevista do Sr. Ivo Hanauer.

A surpresa veio na fala do Sr. Ivo quanto ao seu conhecimento sobre a legislação e a sua postura política, uma vez que este se preparou para a entrevista como se fosse um militante, ressaltando o não cumprimento da Constituição Brasileira.

[...] a desapropriação não aconteceu, ai não tenho bem certeza... eu sei que foi dia 26 de outubro de 73 ou 74 por ai, através de um decreto presidencial, do então Presidente Emílio Garrastazu Médici... (silêncio) que o diabo o tenha... o então, o ruim não foi quando eu falo que foi única coisa ruim, quando eu lembro de lá, me refiro na maneira como desapropriaram, porque eles feriram a constituição, não obedeceram à constituição, nós era minifúndio, a constituição dizia assim: tem que pagar no ato da desapropriação o valor correspondente em moeda corrente do país, isso não aconteceu [...], a primeira coisa que aconteceu, começou a entrar policiais, policiais florestais lá de Foz do Iguaçu, IBDF, hoje seria o IBAMA, chegava os policiais lá e falava: “Ó aqui não pode mais cortá mato, isso aqui é parque, não pode mais cortá mato”. Ninguém dava pelota, a polícia ia embora, e vamo continuar trabalhando, em cima do que é nosso [...]. Trecho da entrevista do Sr. Ivo Hanauer.

Para o Sr. Vanderli Moreira, advogado, contratado muitas vezes para defender colonos presos pela polícia florestal, houve certo abuso de poder, agravado pelo regime militar, para ele a prisão do colono era uma forma de “assustar” para que este abandonasse suas terras, facilitando o trabalho do INCRA.

[...] o que a gente viu é que o governo na época, o administrador do parque nacional na época, resolveu retirar os colonos lá daquela área, e fez bem à moda deles, à moda militar, que naquela época, tudo era à moda militar, quero dizer a justiça, ela funcionava enquanto não contrariasse os interesses dos governantes, e foi assim, então eles quiseram tirar os colonos de lá, o que que eles fizeram? Começaram a perseguir os colonos, perseguir de que modo? Perseguir exatamente na parte mais fraca para o colono que é a produção, o colono sem planta, ele não sobrevive [...], proibiram os colonos de plantar, primeiro proibiram um tipo de plantação e na sequência, proibiram qualquer plantio [...]. Trecho da entrevista do Sr. Antônio Vanderli Moreira.

Quanto às prisões de colonos, o Sr. Adilson Simão disse ter conhecimento de prisões de contraventores caçando, pescando alguns que cometeram irregularidades não pertinentes ao parque, e que o parque não poderia ter esse tipo de atividade dentro de sua área. Disse que havia um convênio entre o IBDF e a polícia militar para efetuar as prisões quando necessário.

4.12 O destino de muitos... mas nem todos

Após a decisão de desapropriar os colonos, era necessário que estes tivessem uma opção de destino, para tanto foi desapropriada uma área grande de terra localizada no município de São Miguel do Iguçu. Este projeto do INCRA teve o nome de PIC Ocoí, as famílias que decidiram ir para essa região, recebiam um pedaço de terra que muitas vezes correspondia ao dobro da terra que tinham próximo ao Parque, o local foi preparado para recebê-los, com estradas, água encanada, enfim estrutura básica para que se estabelecessem.

[...] eles pra arrumar uma forma pelo menos de os colonos terem onde se colocar, eles inventaram lá o tal do Projeto Ocoí, que também foi feito no chute, e lógico, sem projeto, sem previsão de nada, que tanto foi no chute, que eles colocaram os colonos numa área que pouco depois, parte dela foi inundada pelo lago de Itaipu [...], uma parte não quis aquilo lá e aí simplesmente foi pro Paraguai, inclusive deixou o Brasil [...]. Trecho da entrevista do Sr. Antonio Vanderli Moreira.

Segundo o Sr. Adilson, os colonos que foram pra região do Ocoí tiveram o apoio do INCRA, que fez o arruamento das colônias. O INCRA fez escola, igreja e doou pra eles este estabelecimento, essa infraestrutura, com o mínimo de condição. O Prefeito de São Miguel da época concordou em levar os professores das colônias para a região do Ocoí, mas muitos pediram demissão e poucos os que foram embora, não quiseram receber e foram embora, não se sujeitaram a ela.

[...] muitos ganharam tão pouco, nem aceitaram, foram pro Paraguai, resultado, hoje tem 60, 60, 80 colônias de terra, riquíssimos! Lá a terra era barata, mais plano que aqui, terra igual aqui né, vermelha, e dinheiro à vontade pra

emprestar a baixo juro, baixíssimo, alguns centavos de dólar, e aí foi fácil, hoje tão bem, casam um filho, ganha três, quatro, cinco colônias na hora de casar, tudo com maquinário [...] Trecho da Entrevista do Sr. Nelson Spies

4.13 O recomeço

Para finalizar, lhes foi perguntado aos colonos sobre o recomeço e adaptação após a saída da região do parque, sabe-se que muitos foram para a região do Ocoí, outros para o Paraguai e outros se espalharam pelas cidades e campos da região. Esta questão tinha o objetivo de ver como a identidade desses colonos passou pela desconstrução e construção durante o processo, desde a sua vinda para a região oeste do Paraná

[...] bom, acontece que o INCRA pagou ao governo, a benfeitoria, desde cerca de arame, do gado, chiqueirão de porco, casa, o que era nosso lá (Dois Irmãos), isso foi feito o levantamento da terra e outro levantamento, o valor das benfeitorias, desde pé de fruta, essas coisas e tal, foi feito o levantamento, isto eles pagaram pra todo mundo depois, daí ainda deram o direito, você podia arrancar tudo e trazer, eu trouxe, desmanchei tudo e trouxe pra Santa Terezinha, daí e gente comprou ali onde a gente moramos hoje. [...]. Trecho da entrevista do Sr. Ivo Hanauer.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que a falta de esclarecimentos pode ter levado os colonos a compra de terras que estavam designadas a virar parque. Em um segundo momento o desconhecimento da legislação, ou o medo pelo regime militar abrandou qualquer tentativa de movimento mais forte, sendo que estes receberam somente pelas benfeitorias que tinham nas terras e não pela terra nua. Que para muitos era tão pouco, que não valeria a pena uma briga judicial.

Quanto às festas da comunidade percebe-se que eram realizadas basicamente com o cunho religioso, era uma oportunidade de encontro da sociedade, mostrando que as comunidades se encontravam e se visitavam constantemente, e que inclusive eram visitadas pelos moradores das cidades próximas que gostavam muito de comer o famoso churrasco gaúcho. A música era muito presente nas festas, desde a fanfarra da escola, o bandonião, ou mesmo o violino do Sr. Pedro Marshal. Ainda teve uma tentativa de se formar uma sociedade, um clube o Aliança social três fronteiras, ideia trazida do Rio Grande do Sul.

Houve erro do Governo Federal em autorizar empréstimo aos colonos para que mecanizassem as terras mesmo sabendo que as terras não seriam deles por muito tempo, já que o próprio governo fez o decreto de ampliação do parque.

Percebe-se que o regime militar inflamou todo esse processo da retirada dos colonos das terras, esta afirmativa é confirmada por muitos, inclusive pelo diretor do parque da época, que diz que se não tivesse ocorrido à retirada dos colonos hoje não teríamos o parque.

A narrativa do Sr. Antônio Vanderli Moreira, apresenta como funcionava o regime militar na fronteira, que diz que a pressão era tanta que despertava medo, um exemplo foram as prisões dos colonos, que não ficavam presos por muito tempo, mas o suficiente para que estes resolvessem deixar a região do parque.

Saber onde e como estão hoje estas famílias que contribuíram sobremaneira na construção da história do oeste do Paraná, e dar a elas a oportunidade de ao menos serem referenciadas nas escolas e publicações sobre a história do estado do Paraná.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Gilmar, (Org.) **Natureza, Fronteiras e Territórios: imagens e narrativas**. 1ª. ed. Londrina. EDUEL, 2005.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**. Lembrança dos velhos. 3ª. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

BURKE, Peter (org). **A escrita da história**. Novas perspectivas. São Paulo. UNESP. 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro. Campus, 1997.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo. Ed. Ática, 2000.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral: Memória, Tempo, Identidades**. Belo Horizonte. Autêntica, 2006.

FRANÇOIS, Etienne. “**A fecundidade da história oral**”. In: Amado, Janaína; Ferreira, Marieta de Moraes (Orgs). *Usos & abusos da história oral*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.

FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula; THOMSON, Alistair. “**Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais**”. In: Amado, Janaína; Ferreira, Marieta de Moraes (Orgs). *Usos & abusos da história oral*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 6ª. Ed. São Paulo. Editora Paz e Terra. 2000.

LE GOFF, Jacques – **História e memória** / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão... [et.al.]. -- 4. ed.-- Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

LEVI, Giovanni. **“Sobre a micro-história”**. In: Burke Peter (Org). *A escrita da história, Novas perspectivas*, São Paulo, Editora UNESP, 1992.

LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado**. Projeto História. São Paulo. EDUC, 1998.

TEDESCO, João Carlos. **Usos de memórias**. Política, educação e identidade. Passo Fundo, UPF, 2002.